

A  
LE  
SÃO

E O PRINCÍPIO DO  
EQUILÍBRIO DAS  
PRESTAÇÕES

MÔNICA  
QUEIROZ



Copyright © 2018, D'Plácido Editora.  
Copyright © 2018, Mônica Queiroz.

**Editor Chefe**  
*Plácido Arraes*

**Produtor Editorial**  
*Tales Leon de Marco*

**Capa, projeto gráfico**  
*Leticia Robini*

**Diagramação**  
*Christiane Morais de Oliveira*

**Editora D'Plácido**  
Av. Brasil, 1843, Savassi  
Belo Horizonte – MG  
Tel.: 31 3261 2801  
CEP 30140-007



WWW.EDITORADPLACIDO.COM.BR

Todos os direitos reservados.  
Nenhuma parte desta obra pode ser reproduzida,  
por quaisquer meios, sem a autorização prévia  
do Grupo D'Plácido.

Catálogo na Publicação (CIP)  
Ficha catalográfica

1115644

QUEIROZ, Mônica. A Lesão e o Princípio do Equilíbrio das Prestações - Belo Horizonte: Editora D'Plácido, 2018.  Bibliografia. ISBN: 978-85-8425-779-9  1. Direito 2. Direito Civil. I. Título.  CDU347 CDD342.1
---

GRUPO  
D'PLÁCIDO



\*  
Rodapé



## SUMÁRIO

<b>PREFÁCIO</b>	<b>15</b>
<b>1. INTRODUÇÃO</b>	<b>19</b>
<b>2. O ANTECEDENTE DE JUSTIÇA ARISTOTÉLICO E O DESENVOLVIMENTO DO CONTRATO SOB AS DIVERSAS PERSPECTIVAS PARADIGMÁTICAS</b>	<b>25</b>
2.1. Breve prolegômeno acerca da justiça aristotélica	25
2.2. O contrato em conformidade com o ideário burguês e as codificações oitocentistas	33
2.3. A superveniência do Estado Social	48
2.4. Enfim, o Estado Democrático de Direito e o contrato na contemporaneidade	62
2.4.1. A Contratualidade no Código Civil Brasileiro de 2002	70
2.5. Velhos princípios revisitados em convivência com novos princípios contratuais	77
2.6. A pretensa crise dos contratos	83
<b>3. O EQUILÍBRIO COMO PARÂMETRO BALIZADOR DE DIVERSOS INSTITUTOS JURÍDICOS</b>	<b>91</b>

3.1. Do combate aos juros abusivos à redução equitativa da cláusula penal: longo <i>iter legislativo</i>	91
3.2. O combate ao desequilíbrio contratual: estado de perigo e teoria da imprevisão	103
3.2.1. Do estado de perigo	104
3.2.2. A Cláusula <i>rebus sic stantibus</i>	120
3.2.2.1. As diversas interpretações atribuídas à cláusula <i>rebus sic stantibus</i>	123
3.2.2.2. As manifestações da cláusula <i>rebus sic stantibus</i> no Código Civil Brasileiro de 2002 e no Código de Defesa do Consumidor	136
3.2.2.2.1. A Teoria da Imprevisão: requisitos, efeitos e críticas	137
3.2.2.2.2. A Teoria da Quebra da Base Objetiva do Negócio Jurídico	149
<b>4. EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA LESÃO E SUA MANIFESTAÇÃO NO DIREITO ESTRANGEIRO</b>	<b>153</b>
4.1. Partindo do Direito Romano: a <i>laesio enormis</i>	153
4.2. A nova feição da lesão na Idade Média	160
4.3. O instituto da lesão diante das codificações: um breve estudo em outros Ordenamentos	162
<b>5. A CONSTRUÇÃO DO INSTITUTO DA LESÃO NO DIREITO BRASILEIRO</b>	<b>177</b>
<b>6. A LESÃO NOS CONTORNOS APRESENTADOS PELO CÓDIGO CIVIL DE 2002</b>	<b>183</b>
<b>7. PREMISSAS METODOLÓGICAS PARA A APLICAÇÃO DO ART. 157 DO CCB/02 EM</b>	

<b>CONFORMIDADE COM O PRINCÍPIO DO EQUILÍBRIO DAS PRESTAÇÕES</b>	<b>191</b>
7.1. A lesão nos contratos aleatórios	191
7.2. A prescindibilidade do dolo de aproveitamento	199
7.3. A natureza jurídica da lesão	200
7.4. Os efeitos da lesão: a revisão como efeito prioritário	209
7.5. A irrenunciabilidade de proteção ao contratante lesado	218
7.6. A pretensa tensão existente entre a lesão e o princípio da autonomia privada	220
7.7. O instituto da lesão como interessante instrumento para a proteção das pessoas com deficiência após a entrada em vigor do Estatuto da Pessoa com Deficiência	223
<b>8. AS MANIFESTAÇÕES DE LESÃO NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO</b>	<b>231</b>
8.1. Situando a lesão no ordenamento jurídico brasileiro	231
8.2. Das espécies de lesão	234
<b>9. CONCLUSÃO</b>	<b>239</b>
<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>245</b>